

A questão racial na formação dos partidos brasileiros: os casos do PT e PDT no contexto da redemocratização

Racial issue on constitution of brazilian parties: PT and PDT cases on context of redemocratization

FLAVIA RIOS

RESUMO

A relação entre movimentos sociais e partidos políticos é tema pouco estudado pela sociologia política brasileira. Neste artigo, busca-se analisar, por meio de estudo de caso, os discursos, as estratégias e as trajetórias dos principais ativistas que atuaram na difusão de repertório discursivo antirracista na sua interação com dois partidos formados e fortemente engajados na redemocratização do país. Com recursos teóricos e metodológicos da sociologia histórica, pretende-se explorar, ademais, a construção de identidade coletiva em diferentes formas organizativas em contexto de maior liberalização política. A investigação aqui relatada aponta que o discurso racial se fez presente durante o processo de abertura democrática, transitando ora explícita, ora implicitamente na esfera civil, em que agentes experientes e novos personagens se organizavam com vistas à tomada do poder político-institucional mediante o gradativo desmantelamento do regime militar e pelas vias eleitorais. Negros de diferentes matizes ideológicos refletiram e atuaram intensamente no processo de redemocratização do Brasil, defendendo, independentemente da sigla partidária, maior representatividade na política e reivindicando igualdade descritiva e substantiva na esfera estatal.

Palavras-chave: Partidos Políticos, Ativismo, Identidade Coletiva, Redemocratização e Repertório de Linguagem Contenciosa.

ABSTRACT

Few Brazilian studies have investigated the relationship between social movements and political parties. This article examines this subject matter through case study. I analyze documents, strategies and leadership fighting racial discrimination in two political parties formed in the context of democratization. My theoretical framework refers to political and historical sociology. I explore, in addition, the construction of collective identity in different organizational forms in the context of political liberalization. The research suggests that the racial discourse was present during the democratic opening, moving sometimes explicitly, sometimes implicitly in the civil society, in which old and new activists and politicians acted

in order to interfere in the affairs of institutional policy. Black different ideological worked intensely in the democratization process in Brazil, defending more representation for black people and claiming descriptive and substantive equality in the state sphere.

Keywords: Political Parties, Activism, Collective identity, Democratization and Repertoires of Contentious Language

1. INTRODUÇÃO

Um dos temas caros à sociologia política é o estudo dos movimentos sociais e suas relações com outras formas organizativas com maior grau de institucionalização, como partidos políticos e o Estado (GOLDSTONE, 2003). No Brasil, uma geração inteira de estudos sobre mobilização coletiva no contexto da democratização centrou-se apenas nos movimentos sociais, destacando as suas organizações, identidade e estratégias de ação em contraste com os valores dominantes e em confronto com as autoridades ligadas ao Estado.

Esse tipo de abordagem gerou algumas críticas. Segundo Cardoso (1987), os estudos aqui preferiram trabalhar com as ideias de significado e de símbolo, em vez de estudar as estratégias na “arena política”. Em outro artigo, a mesma autora (CARDOSO, 1994) reclama a ausência de estudos sobre a institucionalização dos movimentos, percebida pela abertura de certas “agências do Estado”, o que possibilitou novas formas de participação antes tolhidas pela ditadura. Os cientistas daquela geração teriam preferido focalizar o período heroico do ativismo social, salientando sua “espontaneidade” e “autonomia”, em relação à esfera estatal e aos partidos. A razão para essa situação tem suas causas metodológicas, defende a autora, e uma delas relaciona-se ao fato de os pesquisadores se voltarem mais para os discursos dos militantes e menos para suas práticas. Ou seja, a produção acadêmica teria privilegiado certas dimensões dos movimentos, negligenciando as relações que eles estabeleciam com outras organizações civis e estatais. Esse tipo de reflexão teria impedido a observação tanto das mudanças no interior dos movimentos sociais, como da transformação do contexto político em que eles estavam inseridos.

Assim como Cardoso, Gloria Gohn, ao revisitar os estudos brasileiros, destaca a

mesma lacuna e acrescenta outra explicação para tal viés da produção sociológica. Referindo-se aos estudos sobre o contexto da redemocratização, ela sugere:

Talvez a questão dos partidos seja a menos trabalhada nas pesquisas sobre os movimentos sociais – principalmente nos populares – porque vários intelectuais que escreveram sobre eles eram também lideranças político-partidárias – não tinham interesse na época de deixar clara tal relação” (GOHN, 2004, p. 235).

Com efeito, as transformações apresentadas por Cardoso e Gohn não escaparam aos olhos dos pesquisadores do final da década de 1990 em diante. Assim, um dos desafios das pesquisas contemporâneas foi analisar a atuação dos movimentos sociais no contexto político do estabelecimento democrático, quando houve uma nova configuração do Estado. Contudo, ainda são poucos os estudos de sociologia política que privilegiam a relação entre movimento social e agremiações partidárias, seja na produção nacional ou mesmo na produção internacional, como assinala Ann Mische (2015): “A teoria do movimento social está apenas começando a pegar a questão dos partidos”⁵.

No veio dessa lacuna acadêmica, este artigo visa explorar a relação entre movimentos sociais e partidos políticos, tomando como estudo de caso as relações do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) com o movimento negro brasileiro no contexto de abertura pluripartidária. Os dois partidos foram destacados para análise por seus fortes vínculos com os movimentos sociais no contexto da reconstrução democrática no país. O movimento negro, por sua vez, foi escolhido por ser um dos movimentos sociais mais antigos do Brasil e por ter tido intensas relações com os partidos políticos em formação no contexto de maior liberalização democrática.

2. A QUESTÃO RACIAL NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Nas dependências do Colégio Sion, no dia 10 de fevereiro de 1980, ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores. Em São Paulo, cidade sede dessa nova agremiação partidária, lideranças mais ativas no movimento negro colaboraram na

⁵ Ver a entrevista com Ann Mische, realizada por Zambrano, Martins e Souza (2015).

formação do novo partido. Note-se, contudo, que tais líderes tinham experiência política na corrente trotskista, a Liga Operária. Essa tendência já contava com um núcleo negro desde 1974 e atuava abertamente na política nacional sob a sigla de Movimento da Convergência Socialista a partir de 1978, contando com mais de 20 membros ligados à gênese do movimento negro no final daquela década. No jornal *Versus*, esse grupo aproveitou para expor e discutir a forma de manifestação do racismo no Brasil e as possíveis estratégias para superá-lo. Por isso, quando da abertura política e reorganização dos partidos, os ativistas já possuíam um acúmulo na discussão racial em confronto com a esquerda, além de certa experiência no trato com as organizações políticas partidárias e de constituição de um movimento social⁶.

Com a formação do Partido dos Trabalhadores, muitos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) – organização criada em 1978 – apostaram na nova sigla e levaram para o interior do partido em formação o acúmulo de discussão sobre a temática racial, bem como suas principais bandeiras políticas. De início, o Partido dos Trabalhadores foi identificado por possuir características distintas dos partidos políticos tradicionais. A interlocução forte com um leque abrangente de movimentos sociais, o alicerce no sindicalismo, além do vínculo com os núcleos de base da Igreja Católica, eram as indicações mais expressivas da base popular do nascente PT. Na declaração pública de 13 de outubro de 1979, quando a sigla ainda não era ainda um partido legalmente instituído, o movimento negro é apresentado junto aos demais movimentos sociais como uma das bases de mobilização social e de legitimação que sustentava a ideia de uma agremiação partidária marcada pela heterogeneidade de classe e pelo pluralismo político⁷.

No ano seguinte, no dia da fundação do partido, cerca de 1.200 pessoas concordaram em apresentar ao público um manifesto sobre o Partido dos Trabalhadores. Nele, novamente os movimentos sociais foram mencionados, assim como o ativismo dos negros. Via-se logo que eram comentários simbólicos e alusivos às lutas políticas que demandavam por democracia e representação política. Assim, como já constatou Soares (2009), nos documentos iniciais do PT não havia reflexão ou comentário substantivo à luta negra. O mesmo se poderia

⁶ Ver Rios (2015)

⁷ Ver Acervo Fundação Perseu Abramo (FPA, Documento de São Bernardo do Campo, em 1979).

dizer sobre os demais movimentos sociais que não tinham base classista:

O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses (...) e para comprovar a união de que são capazes. (MANIFESTO do PT, 10/02/1980. Acervo FPA)⁸.

Parte significativa dos militantes negros que ingressaram no PT, como Milton Barbosa, Rafael Pinto, Flavio Jorge, Gevanilda Silva e Hamilton Cardoso⁹, dentre outros que constituíam o núcleo paulista do MNU, teve sua trajetória política ligada à Liga Operária. Alguns, entretanto, já haviam se desiludido com a corrente política um pouco antes da formação do MNU¹⁰. Com efeito, esse grupo político conseguiu firmar os termos de suas reivindicações e deixou registrados, na linguagem política do partido emergente, os termos basilares do movimento social como *discriminação*, *raça* e *negro*, centrais no repertório de linguagem contenciosa (TARROW, 2013). Tais temas também se fazem presentes nos documentos oficiais do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial – logo depois conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU) – e que passaram a ser utilizados nos textos públicos do PT principiante. Em certo sentido, poderíamos afirmar que o

⁸ Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de outubro de 1980. Documento extraído do site da Fundação Perseu Abramo (FPA).

⁹Desse grupo, a figura que mais se destacou na produção de um discurso político sobre os negros no interior das esquerdas foi Hamilton Cardoso. Contudo, não foram encontradas evidências de sua participação na política eleitoral. Ao que parece, procurou manter-se na produção jornalística, escrevendo artigos sobre a questão racial em revistas ligadas ao partido e à imprensa negra e nos jornais em que trabalhava. Nesse sentido na década de 1980, Hamilton estava mais para um intelectual orgânico do que para um político profissional, roupagem esta que outros militantes negros assumiram com mais destreza. Já Gevanilda da Silva e Flávio Jorge eram dois jovens ativistas, que também atuavam na Liga Operária e no Grupo Negro da PUC; este último foi espaço de formação de muitos dos militantes negros que ingressaram no PT. Mesmo Matilde Ribeiro, que era estudante no curso de Serviço Social naquele período, chegou a frequentar esse grupo negro da Universidade Católica de São Paulo, mas ela teve pouca inserção e participação nesse primeiro momento, uma vez que dividia sua jornada diária entre o ensino superior e o mercado de trabalho formal. Por sua vez, Rafael Pinto e Milton Barbosa chegaram a ser membros da Liga Operária, mas por divergências ideológicas com essa corrente saíram dela e formaram o “Grupo Decisão”, mantendo a dimensão racial e de classe como orientações basilares para suas ações e seus discursos. Apesar das filiações nas correntes de esquerda e suas discordâncias internas, esses indivíduos formaram uma comissão negra no interior do PT.

¹⁰ Esse foi o caso, por exemplo, de Milton Barbosa e Rafael Pinto, conforme disseram em entrevista concedida a Ratts e Rios, em 2010.

movimento negro ganhava legitimidade política na sociedade civil e passava a ter expressão nas disputas por representação da população negra num contexto de ampliação de oportunidades políticas (TARROW, 2006), propiciadas pela rede de mobilizações contra o regime militar e pela democratização das instituições políticas, marcado sobretudo pela concorrência multipartidária.

Embora os termos pelos quais as ideias são veiculadas sejam importantes, o que chama mais a atenção é o sentido atribuído à luta contra o racismo. Nesse aspecto, os documentos iniciais do PT não deixavam dúvidas quanto ao fato de que o discurso predominante era a interpretação trotskista desse fenômeno, particularmente notável na distinção conceitual entre exploração e opressão. A primeira noção seria a experiência desigual dos trabalhadores frente às forças capitalistas, enquanto que a segunda seria uma forma de dominação experimentada nesse mesmo sistema econômico, porém não sendo percebida exclusivamente na esfera da economia, mas também no sistema cultural ou mesmo na dominação nacional. Nesse caso, o partido classificou como “minorias” estes grupos que foram oprimidos pela dinâmica social capitalista: “O PT manifesta-se solidário aos movimentos de defesa dos demais oprimidos entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo o econômico” (DOC, 1980, *Apud* Soares, 2009).

Ao que tudo indica, pelo menos no âmbito discursivo, os negros, como os demais agentes de movimentos sociais, tinham alguma expressão na base de sustentação do Partido dos Trabalhadores nascente. Isso ficou registrado no ano de 1981, quando o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso na primeira convenção nacional do partido. Na ocasião, ele mencionou o problema racial. Interessante é notar que na formulação do pronunciamento da figura mais importante do partido se replicavam inteiramente os elementos, os termos e a forma narrativa então corrente nos textos do movimento negro organizado. Eis um fragmento desse discurso que foi aprovado por unanimidade naquela convenção petista, tornando-se um símbolo dos princípios do jovem PT:

Há no Brasil uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha a descobrir

a luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. Desde os escravos, os negros lutam, no Brasil, por sua libertação. Os quilombos foram conquistas mais decisivas para se acabar com a escravidão do que o pretense liberalismo da coroa portuguesa ou dos republicanos mancomunados com o capital inglês. Por isso defendemos o direito dos negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios (Discurso de Lula no primeiro Encontro Nacional do PT, 1981)¹¹.

O deslocamento da ideia de liberdade das elites monarquistas ou republicanas para os quilombos e para as lutas escravas e negras no processo da abolição, ou mesmo o entendimento de que o racismo é um fenômeno difuso que atinge a todos, não sendo exclusivo das classes dominantes, são elaborações comuns no movimento negro organizado. Tanto é verdade que o dirigente sindical apresenta os pares de oposição negro e branco, típicos dos discursos da militância negra daquele período, para se referir respectivamente aos grupos dos oprimidos e opressores¹². Portanto, existe nos primeiros anos de vida do PT certa abertura e interesse em manter os negros organizados sob a sua órbita política. Em contrapartida lhes era oferecido um discurso engajado defendendo o movimento social no seu direito à organização, à expressão e, sobretudo, à manifestação cultural.

Vale frisar, entretanto, que medidas ou formas para superação ou combate ao racismo ainda não eram apresentadas ou enunciadas nos discursos e documentos públicos do PT. Aliás, aquele era um momento em que o movimento social ainda possuía tom reivindicatório, o que não se traduzia pragmaticamente em propostas de gestão de políticas públicas. Eram, pois, duas organizações políticas bastante imaturas do ponto de vista da política institucional: o partido estava bastante poroso para as mobilizações sociais pulsantes nos grandes centros urbanos, mas completamente desprovido de experiência na gestão pública; por sua vez, o movimento social mantinha-se ambivalente em termos do tipo de relação que deveria estabelecer tanto com a via partidária como a estatal. A ambos escapavam

¹¹ Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/discursodelula1convecao.pdf>

¹² A esse respeito, digna de nota é a resolução política da primeira reunião da comissão de negros do PT, organizada no dia 1º de agosto de 1981, em que consta o seguinte: “ A existência de uma opressão particular que atinge os trabalhadores negros, o racismo, coloca para o PT a necessidade de organização desses trabalhadores para a luta contra essa opressão e determina que o partido responda essa questão, organizando e armando politicamente com o conjunto de seus militantes, em particular os negros, para a luta contra toda discriminação econômica, social, política e racial” (Doc. Comissão de Negros do PT, 9 de dezembro de 1981, localizado nos arquivos do Acervo Cedec-PUC/SP).

projetos políticos programáticos de combate às desigualdades e às discriminações raciais brasileiras.

Outra barreira, talvez a mais importante, erigia-se na fronteira entre aquele movimento social e o PT. A precedência do fator econômico sobre as demais formas de dominação marcou substancialmente os discursos e as prioridades das ações do novo partido político. Os temas que não fossem genuinamente apresentados como relativos à exploração de classe eram colocados necessariamente em segundo plano. Consequentemente, as identidades, os discursos e as plataformas dos projetos políticos dos movimentos sociais deveriam se apresentar basicamente em termos de reivindicações materiais, que viessem a reparar uma desvantagem explicada pela exploração econômica.

Mais do que uma interpretação marxista-trotskista da questão racial, o PT levou a cabo uma forma de organização política para os movimentos sociais muito parecida com aquela das lideranças negras que militavam na Liga Operária na década anterior. Isto é, existia um espaço específico para discutir as questões gerais e abrangentes, em que estavam envolvidos os grupos e todos os interesses políticos pertencentes ao partido. Mas também havia lugar para o debate e os encaminhamentos de questões tidas como particulares, sendo estas últimas sempre subordinadas às decisões das instâncias superiores do partido, como sua direção ou o órgão representativo de deliberação política. Os negros integraram um setor no interior do PT nomeado Movimentos Sociais e Cidadania, que logo depois veio a formar uma das cinco “setoriais” do PT, que contava também com uma para a juventude, as mulheres, o meio ambiente e desenvolvimento e a questão agrária (SOUZA, 2013).

A Comissão de Negros do PT, em vigência desde meados de 1981, foi o espaço institucional criado pelos militantes dos movimentos sociais no interior da organização partidária. A ela cabia o papel de absorver as principais reivindicações do movimento social negro e aproximá-las do enquadramento teórico e da linguagem predominante do partido, a fim de permitir a inteligibilidade da questão racial no veio das demandas de classe, sem que aquela se dissolvesse nesta. Assim, a plataforma política da comissão poderia ser exposta da seguinte maneira:

TABELA 1 - Plataforma Política da Comissão de Negros do PT (1981-1982)

Descrição	Tipo de reivindicação
Contra a discriminação racial	Direito Civil
Contra o desemprego	Econômica
Contra a violência policial	Direito Civil
Garantia trabalhista às empregadas domésticas	Direito Social (trabalhista)
Inclusão de História da África nos currículos escolares	Direito Cultural ou Reconhecimento
Rompimento das relações entre Brasil e África do Sul	Política Internacional

Fonte: Rios (2014, p. 94), a partir de documentos localizados no Acervo Fundação Perseu Abramo.

Pode-se observar que as propostas apresentadas pela comissão de negros do PT eram muito similares às reivindicações do MNU em 1978. Talvez a diferença mais marcante seja a objetividade que as demandas assumiram quando apresentadas na esfera partidária, enquanto que na formulação do movimento social elas apareciam de forma mais difusa e ampla. Ademais, até mesmo o tempo transcorrido entre a constituição do Movimento Negro Unificado e a formação do Partido dos Trabalhadores foi suficiente para que os ativistas tivessem aprimorado suas reivindicações. Por sua vez, os anos finais da década de 1970 suscitavam a bandeira dos direitos políticos, enquanto que os anos iniciais da década de 1980 sugeriam uma plataforma com fins eleitorais, já ganhando, ainda que de forma incipiente, uma feição mais próxima do que seria uma exigência por políticas governamentais e por intervenções legislativas. Note-se ainda que, mesmo com essas diferenças, é importante sublinhar que a maior parte das reivindicações é de caráter igualitário, o que é indicado tanto pelos direitos políticos, sociais e civis (MARSHALL, 1967), como pelas duas reivindicações de fundamentação econômica. Contudo, as demandas que poderiam ser classificadas como de reconhecimento cultural são minoritárias quando comparadas às demais pautas políticas desse grupo.

TABELA 2: Reivindicações da Carta de Princípios do MNU, 1978

Descrição	Tipo de reivindicação
Maiores oportunidades de emprego	Econômica
Melhor assistência à Saúde, à educação e à Habitação	Direitos Sociais
Reabilitação do papel do Negro na História do Brasil	Direito Cultural ou Reconhecimento
Valorização da Cultura Negra	Direito Cultural ou Reconhecimento
Extinção de perseguição, exploração, repressão e violência	Direitos Cíveis
Liberdade de organização	Direitos Políticos
Liberdade de expressão do povo negro	Direitos Cíveis

Fonte: Rios (2014, p. 95), a partir de manifesto do MNU de 1978, localizado no Acervo L. Gonzalez.

O documento, portador dos princípios desta comissão, recomenda que além do movimento social era preciso uma representação partidária. Embora pudesse encaminhar diretrizes sobre a questão racial, o MNU não era subordinado ao PT – sendo este uma organização eminentemente de classe, embora relativamente aberta à solidariedade com os grupos oprimidos. No manifesto da comissão negra petista, ficava claro o vínculo de raça e classe que esse grupo queria imprimir. Isto poderia ser verificado nas duas principais bandeiras: “contra a discriminação racial e a exploração do trabalhador”. É relevante dizer que a acepção do termo “classe” não diz respeito apenas aos trabalhadores manuais e operários industriais, mas também contempla as classes médias. Por sua vez, a classe que recebe objeções é justamente a que detém os meios de produção e explora materialmente os indivíduos que precisam vender sua força de trabalho:

Nós entendemos o Partido dos Trabalhadores como aquele no qual os negros devem participar em função de sua composição de classe, pois é formado por operários, funcionários públicos, estudantes, médicos, engenheiros, enfim, trabalhadores em geral. E também pelo seu panorama que coloca claramente a luta contra o regime dos patrões e ainda por seu compromisso com as lutas dos trabalhadores e dos oprimidos em geral, colocando na ordem do dia suas reivindicações. (DOC da Comissão de Negros do PT, 09/1982, s/p)¹³.

¹³*O Negro e o Partido dos Trabalhadores. Documento interno da comissão. In: Comissão de Negros do PT, setembro de 1982. Para se compreender mais o pensamento do grupo, a passagem abaixo é explícita: “Mas não podemos ignorar, que a luta entre classes não se manifesta apenas de uma forma, mas que ela se expressa concretamente na manutenção de privilégios de classe, raça, sexo e outros tipos. Esses privilégios devem ser*

Pelo menos um dos integrantes e fundadores dessa comissão negra petista concorreu às eleições em São Paulo. Era um dos dirigentes do MNU, Milton Barbosa, então funcionário do Metrô e ex-aluno da Faculdade de Engenharia e Arquitetura (FEA-USP), que se candidatava à cadeira de deputado federal. No total, foram três concorrentes à Câmara Legislativa Federal, dois disputando uma vaga na Assembleia Estadual e três candidatos à Câmara de Vereadores, somando nove negros candidatos por essa legenda. No conjunto somaram 87.099 votos, mas nenhum deles atingiu o coeficiente eleitoral mínimo para ocupar um assento no legislativo (VALENTE, 1982). O resultado foi um fiasco; mas não só para os negros, na verdade, na cidade de São Paulo, o PT não foi bem-sucedido na sua primeira investida eleitoral.

Se, em São Paulo, os ativistas negros petistas não obtiveram sucesso nas primeiras eleições pluripartidárias brasileiras, o mesmo não se pode dizer do Rio de Janeiro. Nesta cidade, o PT teve um rendimento melhor, elegendo pelo menos uma vereadora negra vinculada ao ativismo. Ademais, o próprio movimento social carioca também era bastante ativo na cidade, e, assim como aconteceu em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores catalisou boa parte das lideranças negras fluminenses.

2.1 Movimentos populares, feminismo, antirracismo: o PT no Rio de Janeiro

As organizações políticas negras do Rio de Janeiro eram bastante ativas durante toda a década de 1970. A militância carioca tinha seus clubes tradicionais, como o Renascença, celeiro de intensa efervescência cultural, recepcionando símbolos, ideias e mensagens do orgulho negro estadunidense (HANCHARD, 1994; GIACOMINNI, 2006). A presença marcante dos grupos de universitários negros reunidos na Cândido Mendes, que se tornava um dos centros mais ativos na discussão da temática racial, seja do ponto de vista do ativismo, seja numa perspectiva acadêmica (GONZALEZ, 1983; LARKIN-NASCIMENTO, 2000). O

combatidos nas várias formas em que se apresentam no decorrer da história da humanidade”. (DOC. Comissão de negros do PT, p. 3, Acervo Cedec-PUC/SP)

Núcleo de Pesquisa André Rebouças, dirigido pela ativista Beatriz Nascimento, na Universidade Federal Fluminense (RATTS, 2007), também figurava com um dos grupos mais produtivos em termos de reuniões e discussão sobre a situação do negro brasileiro. Segmentos dessa militância vieram a compor o Movimento Negro Unificado, em sua formação em julho de 1978, ou mesmo se tornaram simpatizantes a esse ativismo de amplitude nacional.

Por sua vez, o Partido dos Trabalhadores que se constituía no Rio de Janeiro tinha bases bastante frágeis, pois sofria grande concorrência de seus adversários políticos, que já possuíam uma herança política de períodos anteriores. Por conta disso o partido quase não atingiu o coeficiente eleitoral mínimo para se estabelecer no município. Ao se formar, o PT-RJ só contou com uma base parlamentar que decidiu compor o partido: era o deputado estadual José Eudes de Freitas. Ademais, ao contrário do que acontecera em São Paulo, o partido não tinha tanta expressão sindical. Braga (1997, p.90) descreve bem as dificuldades de formação do partido no estado do Rio de Janeiro:

As dificuldades impostas ao registro dos partidos políticos que vieram a compor o novo quadro partidário que emergiu no início dos anos 80 foram particularmente sentidas pelas agremiações que não puderam contar com estruturas partidárias locais herdadas do período anterior. Esse foi o caso do Partido dos Trabalhadores, especialmente no Rio de Janeiro onde além da ausência dessa organização territorial, não dispôs da adesão nem de um número suficiente de parlamentares que lhe garantisse a legalização, nem do apoio de setores sindicais importantes. Acrescente-se, ainda, a adesão de fortes organizações de esquerda que viam o PT mais como uma frente popular revolucionária do que um partido político, deixando para segundo plano a construção das estruturas próprias de uma organização partidária.

Com esses impasses para a sua constituição, o recrutamento inicial do partido aconteceu em fins de 1979, privilegiando os grupos organizados, os movimentos sociais e associações na sociedade civil. Do ponto de vista de sua composição social, o PT-RJ foi formado por “militantes da esquerda clandestina e ex-exilados, militantes cristãos, lideranças sindicais e dos movimentos sociais” (BRAGA, 1997, p. 114). Esse modelo de recrutamento também influenciou a forma de organização do partido, que no Rio de Janeiro foi marcada pela construção dos núcleos por categoria profissional, a exemplo dos professores, e não por base territorial, como

ocorreu em São Paulo (BRAGA, 1997, p. 114). Fato foi que o nascimento do PT fluminense possuía mais quadros partidários ligados aos setores da classe média do que propriamente de base popular, muito embora buscasse ampliar seu raio de atuação para os movimentos sociais populares e de base¹⁴.

Uma liderança que emergiu do ativismo negro carioca e esteve na gênese da formação do PT-RJ foi Lélia Gonzalez. Ela já era uma professora universitária, conhecia bem as teorias feministas francesas, frequentava grupos marxistas ligados à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e chegou mesmo a se aproximar da Convergência Socialista, sendo inclusive colaboradora do jornal *Versus* durante o ano de 1978. Embora com bastante trânsito no interior dessa corrente partidária, Lélia Gonzalez mantinha certas ressalvas, o que pode ser observado na entrevista que concedeu para o livro *Patrulhas Ideológicas*:

Bom, eu gostaria de colocar aqui que eu pertencço ao movimento negro unificado, que estamos numa batalha violenta no sentido de conquista de um espaço para o negro na realidade brasileira, e o que eu tenho percebido é uma tentativa por parte das esquerdas em geral de reduzir a questão do negro a uma questão meramente econômico-social. Na medida em que liquida o problema de classe, na medida em que entramos numa sociedade socialista, o problema da discriminação está resolvido. A meu ver esse problema é muito mais antigo que o próprio sistema capitalista e está de tal modo entranhado na cuca das pessoas, que não é a mudança de um sistema para o outro que vai determinar o desaparecimento da discriminação racial (PEREIRA & HOLLANDA, 1980, p. 204-205).

Com essa crítica, ela deixa explícito que não comunga com a cartilha ideológica dos trotskistas. Mas suas objeções com as tendências de esquerda não a impediram de se aliar a elas na formação do Partido dos Trabalhadores. Lélia e muitos outros militantes negros apostaram na possibilidade de persuasão discursiva, isto é, do convencimento de que a temática racial também tinha centralidade para explicar os problemas de desigualdades no Brasil, não sendo apenas a exploração de classe.

¹⁴ A esse respeito Braga (1997) comenta: “Não é por acaso que em estados como, por exemplo, o Rio de Janeiro, onde tradicionalmente existe uma classe média razoavelmente mais organizada e combativa, o PT tenha se constituído, principalmente, pelos segmentos médios da sociedade fluminense. Em contraste com São Paulo berço do novo sindicalismo, embora também se observasse a presença destes setores médios, a participação operária nos primeiros anos de vida do partido foi consideravelmente maior” (1997, p.16). Ela acrescenta que um diferencial de São Paulo tem a ver com os setores sindicais, em particular os operários dos setores industriais modernos. Nestes, o PT-RJ não teve ampla representatividade, nem no plano sindical, nem no político.

Depois de muitas conversas, decidiu engajar-se na formação do PT, o qual ela considerava um partido de base pluralista.

Quando Lélia ingressou no partido, já era uma figura com certa influência cultural e política nos espaços mobilizados, pois era frequentadora dos círculos acadêmicos de classe média e de esquerda cariocas, ao mesmo tempo que fazia parte da direção das organizações políticas negras reconhecidas, como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), e integrava o grupo da Cândido Mendes. Contudo, não era filiada a nenhuma corrente política que veio a fundar o Partido dos Trabalhadores. Até onde consegui averiguar, em outubro de 1981, no 1º. Encontro Nacional, realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo, Lélia Gonzalez foi a única liderança do movimento negro organizado eleita para compor o primeiro diretório nacional do PT. A lista contava com 92 nomes, sendo apenas seis mulheres.

Nos anos de 1980 e 1981, como diretora nacional do PT, Lélia Gonzalez foi apresentada a uma auxiliar de enfermagem do Hospital Miguel Couto que atuava na Associação Chapéu Mangueira, morro carioca localizado próximo ao bairro do Leme, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Bem conhecida no movimento de favelas, mas ainda sem nenhuma circulação nos meios políticos da classe média e ainda desconhecida da grande mídia, esta figura logo se tornou sua amiga: era Benedita da Silva, que viria a ser senadora, vice-governadora e figura expoente da vida política fluminense.

Dessa relação surgiu uma amizade que marcaria a trajetória política de ambas. Apesar da mesma origem, entre Benedita e Lélia havia um abismo. Em comum elas tinham a experiência da migração para a cidade grande em busca de melhores condições de vida: suas famílias eram extensas, suas mães não possuíam instrução formal, eram donas de casa e exerciam atividades domésticas das quais retiravam recursos para ajudar no orçamento familiar. Seus pais eram trabalhadores manuais, com baixa escolarização, e getulistas¹⁵. Nas décadas de 1930 e 1940, ainda na infância, elas mudaram-se com suas famílias e se estabeleceram em assentamentos populares urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Mas as similaridades param por aí.

¹⁵Quando do suicídio de Getúlio Vargas, Benedita viu seu pai e a sua mãe chorarem porque teria morrido “o pai dos pobres”. Vargas era a figura simbólica mais importante de sua infância, que foi marcada também por ter sido cabo eleitoral de vários políticos que aportavam à favela fazendo promessas nunca cumpridas (ver autobiografia de Benedita). Sobre as preferências dos pais de Lélia Gonzalez, ver depoimento gravado em vídeo no acervo da Uerj.

Cada uma tomou rumos totalmente diferentes e só voltam a ter suas trajetórias cruzadas quando ingressam na política partidária e nos movimentos sociais¹⁶.

No encontro entre essas duas mulheres, cada uma trazia uma bagagem política. Benedita frequentava o comitê de favela do Chapéu Mangueira desde os 12 anos. Em 1958, foi secretária da referida associação até chegar a sua presidência no ano de 1978. Por sua atuação comunitária, participou por quatro vezes da direção da Federação das Favelas do Rio de Janeiro (Fafrej). A associação em que Benedita atuou na juventude tinha inicialmente fins assistenciais, mas aos poucos foi se politizando durante a ditadura militar. De um lado havia o trabalho da Igreja, com agentes portadores da Teologia da Libertação – os religiosos empenharam-se fortemente na propagação das ideias de Paulo Freire, educação popular vigente na época em que Benedita, com seus poucos anos de estudos, lecionava na favela; de outro, militantes políticos de partidos de esquerda. Neste caso, destaca-se o líder comunitário Agnaldo Bezerra dos Santos, o Bola, ligado ao Partido Comunista (PCB), que se tornou seu segundo marido, e um dos principais responsáveis por seu ingresso no PT. Lélia Gonzalez, àquela altura ainda com pouca inserção nas camadas populares, vinha da militância do movimento negro e feminista, ambos grupos políticos mais ligados aos círculos de classe média.

No momento da formação do Partido dos Trabalhadores, Benedita da Silva estava próxima dos seus 40 anos. Assim como Lélia, ela não tinha qualquer vinculação formal com grupos de esquerda marxista. O grupo político do qual fazia parte no interior do PT sugeriu que se aproximasse de algumas pessoas ligadas ao movimento negro. Dessa indicação, apareceu a oportunidade de se relacionar com dois militantes negros. Sobre essas duas figuras Benedita teceu algumas considerações: “Hermógenes e Lélia Gonzalez foram as duas pessoas que no mundo negro me ajudaram nos primeiros passos em direção a esse chamado movimento negro organizado”¹⁷. A partir deles, Benedita participou de algumas reuniões do Instituto Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), mas nunca se filiou à organização. Mais do que inserir (ou cooptar) Benedita nas agitações políticas do movimento negro, Lélia Gonzalez foi sua mediadora (*broker*) nos círculos políticos mais intelectualizados e de classe média do Rio de Janeiro. Benedita se achava

¹⁶ Sobre trajetória de Gonzalez, consultar Ratts e Rios (2010) e sobre Benedita, ver sua autobiografia.

¹⁷Entrevista concedida a mim, em fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro, quando Benedita dirigia a Secretaria de Estado do Bem-Estar Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

bastante tímida para falar em grupos de intelectuais; por conta disso, Lélia Gonzalez era indispensável porque conseguia “expressar” o que ela pensava. De fato, a essa época, Benedita não estava acostumada a se ver em outros espaços políticos além das associações de bairros e reuniões comunitárias.

A sua inserção em meios sociais de maior prestígio a deixava constrangida por desconhecer os códigos culturais e de classe dispostos em tais ambientes. Enquanto para Benedita isso tudo era estranho, para Lélia – de origem popular, mas com formação sólida em escolas tradicionais do Rio– a vida dos estratos médios e suas conversas já faziam parte da rotina de seu dia a dia, até porque na ocasião já era professora universitária e residia em um bairro bem localizado na Zona Sul carioca. Ademais, Lélia já tinha incorporado algumas disposições e o estilo de vida da classe média, influenciada pelas ideias contraculturais e tão afeita à bossa nova. Havia no encontro entre Benedita e Lélia grande distância social. Os enfrentamentos de classe foram flagrantes na medida em que Benedita aproximava-se, por intermédio de Gonzalez, do movimento feminista e das camadas mais intelectualizadas que formavam o PT.

As feministas de classes sociais abastadas e intelectualizadas tinham dificuldades em absorver a Benedita. Um abismo se abria em se tratando de linguagem e de inteligibilidade. Ou seja, evidenciava-se uma incomunicabilidade, que era muito emblemática da distância de classes no Brasil, que poderia ser a medida exata do distanciamento entre a elite e o povo. Era como se esses dois polos existissem segregados por tanto tempo e por tanta desigualdade social que se tornava impossível aquilo que os republicanos idealistas acreditavam ser o princípio básico da política, isto é, a conversação. Contraposta a Benedita, Lélia era vista como aquela que transitava nos dois mundos, o dos brancos e o dos negros, ou, nos termos de Rose Marie Muraro, “dos nagôs e dos ‘brancos ocidentais’”¹⁸. Ela conseguia traduzir numa linguagem inteligível, para aquelas intelectuais interessadas em aproximar-se das “mulheres populares”, os anseios daquele segmento feminino pobre e negro.

Nesse novo engajamento político, Benedita aproximou-se dos movimentos negros e feministas de classe média dos morros e associações de favela. Uma experiência significativa para o encontro desses distintos grupos foi o NZINGA, um coletivo de

¹⁸ Entrevista de Rose Marie Muraro concedida a mim, em fevereiro de 2010.

mulheres negras que se reuniu nas dependências da Associação Chapéu Mangueira para discutir problemas como controle de natalidade, uso de métodos contraceptivos, além de oficinas de estética com vistas ao fortalecimento identitário, por meio da valorização da autoestima. As feministas apresentavam suas ideias de emancipação feminina, enquanto as mulheres pobres e negras as chocavam com seu materialismo desnudado.

Todos esses espaços e redes construídos se constituíam no campo da política. Na esfera institucional, elas disputaram o pleito de 1982. Benê, como era chamada na campanha política, apresentou-se como candidata a vereadora, enquanto Lélia se candidatou a deputada federal. Em depoimento coletado por Tereza Cristina Costa, então pesquisadora do IBGE, Lélia comenta sua opção pelo Partido dos Trabalhadores no ano em que aconteceram as primeiras eleições pluripartidaristas brasileiras pós-ditadura militar: “O PT é um partido que não tem senhor, não tem essa de arregaçar a manga feito Ademar. Eudes é Eudes, não é senhor senador, meu governador etc... é toda uma visão de mundo, uma postura corporal diferente.” (COSTA, 1982, p. 44).

As duas campanhas foram marcadas pela afirmação da identidade como mulher negra, com ênfase na proposição de que o negro é a maioria no Brasil, por isso diziam em vários discursos que sua campanha era para “a maioria silenciada”. Lélia, de modo geral, obteve apoio do movimento negro, do movimento de mulheres e do movimento gay, grupos com os quais buscava dialogar. Em análise da propaganda e discursos da candidata, Tereza Costa comenta:

Para viabilizar a sua campanha Lélia Gonzalez mantendo sua identidade básica de mulher negra articulou a questão racial com outras questões ampliando a sua plataforma e estabelecendo no processo eleitoral uma ampla rede de relações (que inclui candidatos, militantes do PT, grupos de outras campanhas e amigos seus) caracterizada por sua heterogeneidade (COSTA, 1982, p. 48).

O apelo à comunidade negra era explícito não só nos símbolos e discursos, como também nos lugares a que iam para desenvolver suas campanhas. Não era uma candidatura só articulada com movimentos sociais progressistas. Lélia, ao lado de Benedita da Silva, foi a diversas comunidades e morros cariocas buscar apoio dos

moradores que lá residiam. Mas Benedita, embora já envolvida com o movimento de afirmação do negro, apresentou-se como “mulher, negra e favelada”, adotando uma bandeira popular, como alguém que conhecia de perto as demandas da comunidade, do morro, da favela. Apesar de todos os esforços e grande mobilização, Lélia não conseguiu se eleger, e ficou como primeira suplente na bancada do PT. Benedita Silva, por sua vez, iniciava sua carreira no legislativo carioca. Em seu primeiro mandato, Benedita contava com o trabalho de Lélia na elaboração de discursos, na maior inserção da vereadora em outros espaços políticos como movimento negro e o movimento feminista, além do circuito intelectual, este último completamente estranho à então vereadora e totalmente familiar a sua assessora. A caminhada junto com Benedita também se estendeu para fora das fronteiras do país.

Dentro da organização partidária, Lélia manteve-se no diretório executivo, cargo que tinha desde 1981 e que se findou em 1984. Em 1986, ela rompe com o PT. Essa ruptura deu-se por conta dos problemas de inserção do tema racial em sua plataforma política. Ela já vinha se manifestando com relação a isso, inclusive fazendo críticas públicas ao partido. Em artigo na *Folha de São Paulo*, em 1983, enfrentou abertamente o PT nacional, fazendo restrições severas à não inclusão dos problemas sociais referentes aos moradores de favelas e aos negros em seu conteúdo programático exibido na TV. Dos dez pontos apresentados pelo programa publicitário do partido, nenhum deles fazia menção às demandas de movimentos étnicos e de mulheres. O título do texto “Racismo por omissão” indicava bem o tom do argumento, nas palavras de Gonzalez:

O ato falho ao negro que marcou a apresentação do PT pareceu-me de extrema gravidade (...). Se falou de um sonho que se pretende igualitário, democrático etc, mas exclusivo e excludente. Um sonho europeizante europeu. E isso é muito grave, companheiros! Afinal a questão do racismo está intimamente ligada à superioridade cultural. De quem? Ora, crioulo, mulhêrio e indiada deste país: se cuide, moçada! (DINIZ, 1983, p. 2).

Em outra entrevista cedida ao Jornal Pasquim, ela voltou a falar de sua saída do partido. Nesse depoimento, fez algumas ponderações acerca das diferenças regionais, especialmente entre o PT do Rio de Janeiro e o de São Paulo:

Jaguar: Por que você mudou de partido?

Lélia – Eu mudei de partido por uma razão simples, é conhecido de todos que o PT do Rio de Janeiro acabou ficando restrito a determinados setores e que são majoritários no PT, não realizam um trabalho efetivo na questão racial. Então, meu último sentimento em relação ao PT do Rio – eu quero frisar que só estou me referindo ao Rio de Janeiro, por que se eu estivesse em São Paulo, eu não teria saído do Partido – foi vê-los como uma vanguarda falando pra quatro paredes. O PDT no Rio possui um amplo respaldo e dentro desse respaldo, a questão racial é tratada com muito mais atenção. A razão fundamental foi essa, o próprio programa partidário, diferentemente dos outros partidos é que antes de entrar no programa propriamente dito, ele declara suas prioridades e veja que essas prioridades são a criança, o trabalhador, a mulher e o negro. (PASQUIM, 1986, p. 9).

As alianças mudaram de espaços, moveram-se para uma arena suprapartidária. A primeira delas ocorreu na constituição do Conselho Nacional da Mulher, sendo ambas representantes das pautas das mulheres negras. Além do mais, Benedita participou dos principais eventos dos coletivos femininos, ocorridos nos anos da democratização¹⁹. Em seu primeiro mandato assumiu a identidade de mulher, negra e favelada, slogans presentes em seus discursos e em sua imagem pública, o que lhe acompanharia, com algum sucesso, durante anos nas suas sucessivas campanhas eleitorais às casas legislativas²⁰.

3. OS NEGROS E A TRADIÇÃO TRABALHISTA: A QUESTÃO RACIAL NO PDT

Dos partidos políticos que se formaram na abertura do regime, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi um dos que apresentou, em seus documentos iniciais, referências mais substantivas sobre a questão racial no Brasil. Isso se deve, dentre outros fatores, à influência determinante de Abdias Nascimento na

¹⁹A exemplo do Encontro Nacional em Valença (RJ) e do Tribunal Winnie Mandela na cidade de São Paulo, no ano de 1988 (Ratts e Rios, 2010).

²⁰Os comentários feitos por Miriam Dolhniukoff, Fernanda Peixoto e Omar Ribeiro, na revista *Novos Estudos Cebrap*, em 1995, não deixam dúvida sobre essa dificuldade de interpretar a trajetória de Benedita da Silva. Esse mesmo problema persistiu nas análises de Glayds Mitchell, na ocasião de seu doutoramento, na Universidade de Chicago (2008).

cúpula dirigente da sigla partidária²¹. O líder negro brasileiro travou relações com lideranças políticas trabalhistas no exterior, participando assim da confecção da proposta original do PDT.

O PDT teve uma inscrição diferente no processo político que levou à constituição dos partidos no contexto da abertura democrática. Isso porque sua principal liderança, Leonel Brizola, perseguido e cassado pelo regime, encontrava-se exilado em Nova York, durante o processo de pluripartidarização. Esse foi o principal motivo que forçou essa legenda a nascer em terras estrangeiras. Os Estados Unidos abrigaram reuniões de articulação das lideranças que encabeçariam o partido, e a capital de Portugal foi escolhida para sediar o primeiro encontro oficial da nova sigla, cujas resoluções fundamentais ficaram registrados na Carta de Lisboa.

Nesse documento produzido em 1979, a segunda prioridade do partido eram as questões relativas a grupos que sofrem não apenas a exploração de classe, mas também discriminações de caráter racial, étnico ou sexual. Negros, índios e mulheres, respectivamente, seriam objeto de atenção especial por parte dos trabalhistas. Aos dois primeiros revelava-se a necessidade de resolver um problema de justiça, provavelmente entendendo que não houve reconhecimento adequado aos esforços e ao sofrimento desses que foram tão relevantes para a construção nacional, seja pelo trabalho, seja pela cultura. Note-se bem que a justificativa para fazer justiça aos negros e índios assenta-se em argumentos forjados pelos abolicionistas²². Por sua vez, no caso das mulheres, o PDT apresentava argumentos embasados numa linguagem política mais moderna, ancorada nos direitos humanos:

Segundo, o de buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira. Terceiro, o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer

²¹Nascido em 14 de março de 1914, em Franca, no interior do estado de São Paulo, Abdias veio de família popular: seu pai era sapateiro, e sua mãe, doceira. Abdias viveu o suficiente para contar e recontar sua biografia, e existem hoje numerosos trabalhos que investigam sua trajetória, dos quais destaco Macedo (2005), Almada (2010), Custódio (2012), além de seu depoimento concedido a Contins (2006).

²² Para saber mais sobre o repertório político dos abolicionistas, ver Alonso (2012).

seus direitos (CARTA DE LISBOA, 1979)²³.

Brizola e Abdias se encontraram no contexto das movimentações em favor da constituição dessa agremiação que disputava a herança trabalhista gestada no pós-Estado Novo²⁴. Ao que tudo indica foi Clóvis Brigadão, estudante de ciência política nos EUA, que promoveu a aproximação dos dois, porque já conhecia e era amigo de ambos²⁵. Brigadão avalia o papel do ativista no processo de convencimento de Brizola acerca da questão racial:

Brizola não entendia a questão negra. Achava que aquilo[racismo] não existia no Brasil. Então eu reuni na casa onde morava Abdias Nascimento, Zé Almino[de Alecar], Lélia Gozalez, que era uma liderança nova no Brasil do ponto de vista do negro e da escravidão. Isso acendeu uma luz na cabeça do Brizola, que passou a entender o trabalho do negro na construção do Brasil. Foi a partir daí que Abdias passou a ser uma figura constante ao seu lado, quando ele veio para o governo do Rio de Janeiro [1982] (GREEN, 2009, p. 461).

O Abdias que se encontrou com o experiente e respeitado político gaúcho já se apresentava como um líder negro internacional, vivendo em exílio. Quando ocorreu esse encontro, Nascimento também já tinha uma posição numa universidade americana e era conhecido por sua produção artística, notadamente nas artes plásticas (CUSTÓDIO, 2012)²⁶. Contudo, antes de se tornar um exilado político nos EUA, Abdias Nascimento era uma figura conhecida no antigo Distrito Federal, bem relacionado com artistas, intelectuais e políticos (GUIMARÃES e MACEDO, 2008). Era apresentado como o fundador do Teatro Experimental do Negro, entidade que desenvolvia atividades políticas e culturais, dentre as quais a produção de uma dramaturgia negra, com formação de atores e produção de peças de teatro (MACEDO, 2005). Ademais, foi jornalista e promoveu uma coluna no Diário Trabalhista no pós-guerra, em que mantinha contato com figuras políticas

²³ Ver http://www.pdt.org.br/index.php/post_documentos/carta-de-lisboa/

²⁴ Em síntese, a herança trabalhista e mesmo a sigla do antigo PTB, extinto durante a ditadura militar, foi disputada por Brizola e Ivete Vargas no Tribunal Superior Eleitoral, entre os anos de 1978 a 1979. Brizola perdeu a briga e foi obrigado a fundar outra legenda, o PDT.

²⁵ Entrevista com Elisa Larkin-Nascimento, concedida a mim em fevereiro de 2010.

²⁶Na condição de pintor, aliás, ele ingressou nos EUA com uma bolsa de estudos da agência norte-americana *Fairfield Foundation* (SEMOG e NASCIMENTO, 2006).

que disputavam a herança do trabalhismo sem Vargas²⁷ (GUIMARÃES e MACEDO, 2008).

Além do ativismo em movimento social, Abdias já tinha se aventurado pelo sistema político brasileiro logo após o fim do Estado Novo. Sua primeira candidatura foi, provavelmente, em 1947, por uma sigla partidária de pouca expressão política na época, chamado Partido Republicano Democrático (PRD). Sua primeira investida eleitoral como candidato a vereador na cidade do Rio de Janeiro foi um fiasco, mas se registrou ali um experimento eleitoral em que se testava a possibilidade do “voto negro”, uma vez que se apresentava como representante desse grupo social e forjou uma plataforma eleitoral que supunha atender aos anseios da população negra (SOTERO, 2015). Mas foi na candidatura de 1950 que Abdias se lançou às eleições por uma sigla trabalhista, o PTB, mantendo uma proposta mais abrangente (MACEDO, 2006); mesmo assim, não obteve grande sucesso no interior do eleitorado carioca. Seja como for, no período da República do pós-guerra, Abdias esteve enredado nas teias trabalhistas que faziam oposição a Vargas. Foi com essa experiência política que Abdias Nascimento saiu do Brasil no contexto de adensamento do Regime Militar.

Nos EUA, ele manteve contato com antigos militantes, que o deixavam informado sobre a situação brasileira. Foi assim que tomou conhecimento de uma nova geração de ativistas que se reunia nas dependências da Faculdade Cândido Mendes e do grupo paulista que dirigia a coluna Afro-Latino-América no jornal *Versus*. Essas informações lhe chegavam via Rodrigues Alves, antigo militante do Teatro Experimental do Negro (TEN), com quem mantinha correspondência e atualizava-se nos assuntos brasileiros²⁸. Já em 1978, ele ensaiava a sua volta para o Brasil. Esteve em vários encontros de articulação dos ativistas negros, dentre eles o ato de fundação do Movimento contra a Discriminação Racial, bem como participou de várias investidas dessa entidade em se fixar em diferentes estados, gerando uma mobilização de abrangência nacional.

Neste caso, as articulações para a constituição do PDT representaram uma possibilidade concreta apresentada a Abdias para que este retornasse

²⁷ Para detalhes sobre a emergência do trabalhismo tanto como discurso dos trabalhadores como do Estado, ver Castro Gomes (2011), em *A Invenção do Trabalhismo*.

²⁸ Entrevista realizada com Elisa Larkin-Nascimento, em fevereiro de 2010.

definitivamente ao Brasil. Curioso é notar que o PDT, por ter sido um partido que se constituiu fora do país, manteve-se relativamente afastado das bases dos movimentos sociais pulsantes na sociedade civil mobilizada. Por isso, o partido que reivindicava para si a herança trabalhista foi, na verdade, uma construção de cúpula, e foi assim que agiu no recrutamento das lideranças e intelectuais negros mais destacados. Abdias Nascimento e Rodrigues Alves foram alguns dos quadros mais antigos do movimento negro a se vincular à nova sigla partidária. Mas houve também tentativas de absorver novas lideranças negras, como o caso de Lélia Gonzalez. Persuadida em Nova York a constituir o partido trabalhista sob a liderança de Brizola, ela declinou da proposta, preferindo juntar-se ao grupo que fundou o Partido dos Trabalhadores, este com maior enraizamento nos movimentos sociais de base.

Embora Abdias fosse uma liderança reconhecida internacionalmente em certos círculos políticos, no Brasil era um “ilustre desconhecido” da grande parte da população. Além do mais, seu retorno ao Brasil só foi notado no interior de grupos políticos organizados e pela imprensa alternativa carioca²⁹. Diferentemente de Abdias, o candidato negro do PDT que venceu as eleições foi o advogado Carlos Aberto de Oliveira Santos, o Caó, que não pertencia ao grupo dos anistiados e vivia sua militância política ligada às associações de classe.

Baiano de nascimento, Carlos Alberto de Oliveira descendia de uma família pobre e urbana, ligada às atividades profissionais manuais: seu pai era marceneiro, e a mãe trabalhava como costureira na cidade de Salvador. Embora tivesse poucas condições econômicas, Carlos conseguiu estudar num colégio soteropolitano prestigiado, o Antônio Vieira. Primogênito da família Oliveira Santos, teve melhores condições de estudo, graças às redes de clientes de sua mãe, que costurava para a alta sociedade baiana. Em sua trajetória secundarista, consta envolvimento em grêmios estudantis e na União Estadual da Bahia, além de militância ligada à associação dos moradores do bairro da Federação. Já no curso de Direito da Universidade Federal da Bahia, Carlos Alberto Caó ligou-se à União Nacional dos Estudantes (UNE). Seu vínculo com o movimento estudantil levou ao envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro. Com o Golpe de 1964, resolver fugir para o Rio de Janeiro.

²⁹ Refiro-me particularmente aos jornais *Pasquim* e o *Lampião de Esquina*.

Caó, como ficou conhecido na capital fluminense, passou a atuar em associações de jornalistas como a Ajef (Associação de Jornalistas de Economia e Finanças) e o clube dos repórteres políticos, além do sindicato municipal da categoria, no Rio de Janeiro. Sua projeção política na cidade vinha dos vínculos com essas organizações profissionais. No processo de democratização, Caó se desvinculou do PCB e se aproximou dos movimentos negros cariocas, tendo sido recrutado para o interior do PDT. Em 1982, ele se candidatou às eleições, e ao contrário de Abdias, ele não tinha experiência eleitoral, excetuando-se às candidaturas em sindicatos e organizações estudantis. Mais jovem que Abdias, Caó também se diferenciava do colega por não ter em sua trajetória e repertório político envolvimento profundo com as organizações políticas do movimento negro; sua identidade e discurso eram ainda afinados com a representação de classe. Foi Caó, e não Abdias, que conseguiu se eleger pela sigla do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Se os dois antigos partidos — PMDB (ex-MDB) e PDS (ex-Arena) — contavam com maior rede organizacional no estado herdada do período anterior, a sigla trabalhista conseguiu a terceira maior rede de diretórios do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo com esses percalços no processo de construção do partido, o PDT teve um desempenho surpreendente nas eleições de 1982. Uma das cartas mais importantes que tinha era a popularidade de Leonel de Moura Brizola — então candidato a governador, um grande trunfo eleitoral do partido (BRAGA, 1998).

No pleito de 1982, as lideranças negras ligadas ao PDT se sentiram relativamente contempladas. Nas palavras de Abdias Nascimento registras numa entrevista, foram fundamentais os arranjos realizados pelo governador recém-eleito para contemplar os interesses do grupo organizado na campanha eleitoral:

Tivemos, naquele momento, uma participação e uma experiência muito grande de campanha eleitoral com o candidato Leonel Brizola. (...) A política do governador buscava dar oportunidade aos candidatos negros. Ele convocou dois deputados para serem secretários de Estado, inclusive o próprio Caó, e abriu espaço, com isso, para que eu pudesse seguir o mandato (CONTINS, 2006, p. 37).

Mais do que elogiar o ato de Brizola em apoiar e promover os interesses da população negra, Abdias salientava em seus pronunciamentos no Congresso que o

seu partido teria contribuído para a ascensão do negro a cargos de primeiro escalão no Estado do Rio de Janeiro, como os casos da chefia do Gabinete do Governador pela legenda do PDT³⁰ e das nomeações para secretarias governamentais de Promoção Social e do Trabalho e Habitação, bem como para o comando da Política Militar³¹. Em São Paulo, Isnard Amorim de Oliveira escreveu o artigo “A Social Democracia para nós negros”, em que, ao tratar do encontro da Nacional Socialista no Rio de Janeiro, destacou a relevância de a quarta proposta do programa do PDT conter um destaque para a questão racial³². De modo geral, os agentes diretamente interessados no debate racial no Brasil ficavam atentos aos encaminhamentos do Partido Democrático Trabalhista, que teve grande impacto nos meios negros durante as eleições cariocas.

Já o contentamento do então deputado Abdias Nascimento o fez inclusive afirmar constantemente que o seu partido foi o único naquele processo eleitoral a inscrever em seu programa a temática racial³³. Fato irreal, pois três dos cinco partidos políticos que nasceram e concorreram às eleições de 1982 apresentavam, com mais ou menos densidade, alguma reflexão sobre a situação do negro no Brasil³⁴. Independentemente, das narrativas nascimentistas sobre o seu protagonismo na luta política antirracista na abertura democrática, há que se notar o quão expressivas foram as suas iniciativas e suas redes de influência no que toca à inserção da pauta racial numa das principais linhagens trabalhistas que, ademais, sustentou uma representação negra na Câmara Legislativa Federal.

³⁰ Ver Abdias Nascimento. *Combate ao Racismo*: Discursos e projetos, vol 1, Brasília, 1983.

³¹ Os secretários foram Edialena Salgado Nascimento e Carlos Alberto de Oliveira, enquanto o comandante foi Coronel Carlos Magno Nazaré Cerqueira. Ver documento *Combate ao Racismo*, vol. 1, Brasília, 1983.

³² Esse artigo é particularmente relevante porque pensa o papel de um partido socialista ligado a uma tradição social democrata e a forma pela qual ele poderia se estabelecer no Brasil e abrigar questões de natureza racial. Senão vejamos: “O nascimento de um grande partido socialista em moldes europeus como os que hoje se agrupam na internacional socialista parece cada vez mais remoto no Brasil”. Mas para frente ele expressa assim: “Eu fico pensando de que forma o socialismo poderia beneficiar a população negra brasileira, sendo que até agora nós só ouvimos demagogia política, porque nem o centro, nem a direita, nem a esquerda fizeram o ato de solidariedade para nós negros neste país, porque o problema nosso é mais difícil de ser resolvido quando temos presente que a ação social se realiza sobre uma determinada base morfológica” (OLIVEIRA. 1984, p.5).

³³ “(...) O Partido Democrático Trabalhista é o único partido que, durante todo o transcurso da nossa história política, assumiu a luta negra. Dentro do PDT, o próprio oprimido racial, o negro e o índio, conquistou espaço para se auto-definir e levar adiante, como itens prioritários do programa partidário, suas reivindicações específicas” (DOC. BRASÍLIA, 1983 p. 7)

³⁴ Não por acaso os partidos que foram mais requisitados pelo movimento negro durante a campanha eleitoral de 1982 foram o PT, PMDB e PDT.

Abdias Nascimento assumiu seu mandato como deputado federal em 18 de março de 1983 propondo projetos de lei e proferindo discursos que pareciam, aos olhos da maior parte de seus pares, “oportunismo e charlatanismo” político, ou mesmo alienígenas a nossa brasilidade, como disse o deputado Gerson Peres, evocando toda tradição abolicionista, em resposta ao pronunciamento de Abdias (NASCIMENTO, 1983, p. 15) na Câmara dos Deputados, em 13 de maio de 1983:

Mas permita-me dizer: neste País, depois do canto de Castro Alves, depois da pregação de um José do Patrocínio, depois de defesas brilhantes de um Rui Barbosa, depois de um grito de um Joaquim Nabuco, não há mais pretos, nem brancos, mas só brasileiros. E amamos tantos os negros quanto os negros nos amam. Amamos V. Exa do mesmo porte que tenho certeza que V. Exa. nos ama também, porque neste país não há racismo(...). Permita-me falar do sofrimento do povo brasileiro onde todos nós somos ou filho de índios ou de negros.

Muitas vezes acusado de “negro americano”, Abdias Nascimento encontrou forte oposição no Congresso Nacional. Contudo, o que ficou mais flagrante em toda a sua atuação no primeiro mandato foi o confronto direto com as representações nacionais, marcadas pela retórica política da democracia racial. Aliás, nesse período, como afirma Guimarães (2001), o discurso oficial de Estado ainda era marcado pela negação da existência de problemas entre negros e brancos.

Não é de se estranhar, portanto, que pronunciamentos daquele que se autoneou representante da causa negra tenham sido predominantemente de afirmação cultural, enfatizando a relevância dos negros na nacionalidade brasileira, desfazendo-se dos estereótipos presentes no discurso de senso comum de seus pares congressistas. Quase que num tom pedagógico, o deputado trabalhista apresentava sistematicamente em suas intervenções parlamentares casos expressivos de discriminação racial, com a finalidade de demonstrar o racismo no Brasil, opondo-se frontalmente ao discurso de democracia racial. Nesse sentido, os discursos de Abdias Nascimento, em seu primeiro mandato legislativo, foram marcados pela denúncia da discriminação contra os negros e pela busca por reconhecimento cultural.

TABELA 3: Primeiros discursos de Abdias Nascimento no Congresso Nacional (1983-1985)

Primeiros Discursos de Abdias do Nascimento no Congresso Nacional (1983-1985)		
Título	Proposta	Natureza
Dia internacional da Solidariedade à mulher Africana	Rompimento com Africa do Sul	anti-colonialismo
A causa dos intérpretes artísticos	Afixar normas para os direitos autorais dos artistas	direito trabalhista
Visita à Costa Rica	Narrou a participação em Simpósio sobre Naníbia	reconhecimento/anti-colonialismo
Racismo em livros didáticos e escolares	retirada de conteúdo racista nos livros e inserção negros MEC	reconhecimento e distribuição
Invasão da A do Sul em Moçambique e contra o Aparth	Rompimento com Africa do Sul	anti-colonialismo
Comentário sobre racismo no Brasil	Denúncia	reconhecimento cultural
Discurso contra o dia civico 13 de maio	Denúncia	reconhecimento cultural
dia da libertação africana	Denúncia	reconhecimento cultural
Memorial Zumbi e Memorial do escravo desconhecido	Denúncia	reconhecimento cultural
Celebração do dia do índio	Denúncia	reconhecimento cultural
Africa do Sul enforca 3 negros	Denuncia contra o Itamarati	anti-colonialismo
Solidariedade à luta de libertação dos povos da Africa A	Denúncia	anti-colonialismo
Cinquentenário sacerdotal de mãe teté e Marcha Zumbi	reconhecimento cultural	reconhecimento cultural
Invasão de Granada pelos EUA, Nicarágua e Haiti	Denuncia contra o Itamarati	reconhecimento cultural
Resposta aos racistas da Bahia	Denuncia contra produção de Jorge amado	reconhecimento cultural

Fonte: Rios (2014, p. 135), a partir de Nascimento (1985)

A pauta parlamentar de Abdias Nascimento foi marcada também pela luta anticolonialista, em particular por sua proposta principal: o rompimento das relações diplomáticas brasileiras com a África do Sul, por se tratar de um país que ainda mantinha um regime de segregação racial. A luta contra o *apartheid*, aliás, foi uma bandeira cara aos ativistas negros brasileiros desde a década de 1970, quando os militantes negros cariocas faziam protesto e manifestações públicas em frente à embaixada sul-africana, exigindo o fim das leis segregacionistas naquele país e uma posição radical e antirracista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Desse modo, a inserção da pauta antirracista na agenda pública brasileira foi lenta, gradual e controlada, tal qual o processo de democratização do país. De início, vozes dissonantes quase se faziam inaudíveis nas casas legislativas. Na elaboração da nova Constituição, entretanto, essa pauta seria retomada com mais fôlego, no bojo de extensa rede de mobilização. Abdias Nascimento viria com seu slogan “O representante dos negros”, mas não teria sucesso eleitoral. Seu correligionário Carlos Alberto (PDT) seria reeleito deputado federal, levando à Constituinte o projeto pela criminalização do racismo. Benedita da Silva (PT) ascenderia com seu bordão “A voz do morro na Constituinte”. A novidade viria de dois metalúrgicos

negros, Paulo Paim (PT) e Edmilson Valentim. Esse quarteto formará a representação parlamentar negra na elaboração da Carta Magna de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Sem sombras de dúvidas, o discurso racial se fez presente durante o processo de abertura democrática, transitando ora explícita, ora implicitamente na esfera civil, em que agentes experientes e novos personagens se organizavam com vistas à tomada do poder político-institucional mediante o gradativo dismantelamento do regime militar e pelas vias eleitorais. Os negros de diferentes matizes ideológicos refletiram e atuaram intensamente no processo de redemocratização do Brasil, defendendo, independentemente da sigla partidária, maior representatividade na política e reivindicando igualdade descritiva e substantiva na esfera estatal. Para isso, agenciaram o voto racial – tanto via cultura, entendida como concepção subjacente de identidade negra, quanto via identificação por atributos de cor – seja com a finalidade de eleger políticos negros, seja para sustentar candidaturas de políticos brancos tradicionais na esfera político-partidária que durante suas campanhas fixaram compromissos com a população negra (RIOS, 2014).

Os dois partidos analisados – PT e PDT – mostram nitidamente, nos anos iniciais de sua formação, suas relações com os movimentos sociais, com destaque para a agência dos ativistas no que toca à tematização do racismo nas agremiações que disputavam a política institucional. Nesse sentido, este artigo contrasta com certo tipo de produção acadêmica que versa sobre o tema da raça e política, por não circunscrever a pesquisa apenas ao tema das desigualdades na política, tampouco por não se restringir ao estudo de uma única organização partidária. Antes, esta proposta atenta - ainda que em fase exploratória - para as singularidades espaciais e para o contraste entre siglas partidárias no que toca aos discursos, formas de recrutamento e engajamento político.

De modo geral, a literatura sobre o movimento negro no Brasil esteve quase que restrita aos estudos das relações raciais. Por outro lado, toda uma geração de estudiosos sobre movimentos sociais ignorou, durante muito tempo, movimentos cujas identidades não eram classistas. Sob pena de incorrer em algum exagero,

pode-se dizer que o interesse na relação entre esse movimento social e a política possui duas vertentes: os estudos sobre o ativismo e as investigações acerca do impacto da variável raça no comportamento político. Esta última vertente de pesquisa investiga as desigualdades raciais na política e as razões para a sub-representação negra nas esferas de poder (MITCHELL, 2008; BUENO; DUNNING, 2013, CAMPOS e MACHADO, 2015), enquanto que a primeira gama de estudos volta-se para o ativismo afro-brasileiro, concentrando-se em pesquisas sobre formas organizacionais (DOMINGUES, 2005; SILVA, 2005), suas principais lideranças (DOMINGUES, 2006; FERREIRA, 2005, SILVA, 2016) e intelectuais (VIANA, 2006; BARRETO, 2004; MACEDO, 2005). Seus estudiosos enfatizam a construção identitária do movimento social, bem como as suas estratégias de inserção na sociedade brasileira³⁵. Na atualidade, emergiram estudos de casos regionais, além de trabalhos interessados nas gerações mais recentes de ativismo antidiscriminação racial e suas interfaces com o Estado (RIOS, 2014), além estudos de viés transnacional (FRANCISCO, 2013) ou comparados (SANTOS, 2012, RODRIGUES, 2014) expandindo o campo acadêmico e apresentando novas possibilidades analíticas no veio da sociologia política.

Assim, o tema das relações raciais e a política tem ganhado densidade analítica. Na esteira das novas pesquisas, insiro este estudo exploratório que versa sobre partidos políticos e movimentos sociais para compreender o modo pelo qual a temática racial se insere nas agremiações partidárias no contexto político que levaria ao fim do regime militar. Como nos trabalhos de Valente (1986), Santos (1992) e Soares (2009), a presente investigação esteve atenta aos processos políticos e suas implicações na dinâmica em níveis micro (os ativistas e suas trajetórias), meso (as organizações partidárias e de movimentos sociais) e macrosociais (processo de redemocratização). Por conta disso, destaquei tanto os discursos e as trajetórias dos agentes, como as transformações observadas na sociedade civil, especialmente entre movimentos sociais e partidos, no contexto de maior liberalização societal e institucional, tencionando, assim, os limites dos discursos reducionistas em torno da cooptação política e das fronteiras identitárias de formas organizacionais distintas.

³⁵ Para uma investigação detalhada sobre o modo como o movimento negro brasileiro foi estudado pelas ciências sociais no século XX, ver Rios (2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, Airton. (2004). *Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio Grande do Sul. pp.184.
- BERQUÓ, Elza; ALENCASTRO, Luiz (1992). “A emergência do voto negro” In: *Novos Estudos. São Paulo*, N.33 pp.77-88.
- BUENO, Natália; DUNNING, Thad (2013). Race, Resources, and representations:evidence from brasilian politicians. In Brazilian Seminar, USP. Paper.
- BUENO e FIALHO (2007). Raça, recursos e desigualdades políticas em Belo Horizonte. Paper In Sociedade Brasileira de Sociologia, Recife.
- CAMPOS, Luiz Antonio; MACHADO, Carlos (2015). A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)*, p. 121-151.
- CONTINS, Márcia (2005). *Lideranças Negras*. Rio de Janeiro, Faperj e Aerplano.
- CARDOSO, Ruth (1987) “Movimentos Sociais na América Latina”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.3 Vol.1.
- _____. (1994) “A trajetória dos movimentos sociais” In *Anos 90, política e identidade no Brasil*. DAGNINO (org). São Paulo Ed. Brasiliense.
- COSTA, Teresa Cristina. (1982). Caminhando contra o vento – notas sobre a candidatura de Lélia Gonzalez, Rio de Janeiro: Comunicações ISER. Ano 1, nº 3.
- DINIZ, Lélia. (1983). Racismo por omissão. Folha de S. Paulo, S. Paulo, 13 ago. 1983. Primeiro Caderno, p. 2
- DOLHNIKOFF, Miriam, PEIXOTO, Fernanda e RIBEIRO, Omar. (1995). Raça e Política. *Novos Estudos Cebrap*. N. 43. São Paulo.
- FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. (2013). Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932). 1. ed. SAO PAULO: Alameda/FAPESP, 2013. v. 1. 252p.
- GIACOMINI, Sonia (2006). A alma da festa. Rio de Janeiro. Editora UFMG/IUPERJ-EDUCAM.
- GOHN, Glória. (2004). Teorias dos movimentos sociais. São Paulo, Edições Loyola.
- GOLDSTONE, Jack A.(2003). States, Parties and Social Movements. Cambridge University Press.
- GREEN, James. (2009). *Apesar de Você*. São Paulo. Cia das Letras.
- GUIMARÃES. A. S.; MACEDO, M. (2008). “Diário trabalhista e democracia racial negra dos anos de 1940”. Rio De Janeiro. *Dados*, v. 51, p.143-182.
- HANCHARD, M. G. (2001). *Orfeu e o poder*. Rio de Janeiro:EDUERJ.
- MACEDO, M. Abdias Nascimento (2005): A Trajetória de um Negro Revoltado (1914-

- 1968). *Dissertação de mestrado em Sociologia*, FFLCH/USP, São Paulo.
- MARSHALL, T. H.(1967) “Cidadania e Classe Social”. In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores.
- MITCHELL, Gladys (2008). *Emerging blackness and its impact on brazilian politics*. Tese de Doutorado defendida em Chicago, Estados Unidos.
- JOHNSON III, OLLIE A. (2000)“Representação racial e política no Brasil”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro. N. 38, p.32
- NASCIMENTO, Abdias (1985). *Combate ao racismo*. Brasília, vol. 1 e 2.
- PRANDI, Reginaldo (1996) "Raça e voto na eleição de 1994" In: *Estudos Afro-asiáticos* n.30, p. 61-78.
- PEREIRA, Carlos Alberto e HOLLANDA, Heloisa Buarque (1980). *Patrulhas Ideológicas*. São Paulo. Editora Brasiliense.
- RIOS, Flavia (2009). *Movimento Negro nas Ciências Sociais (1950-2000)*. *Sociedade e Cultura*, v. 12, p. 263-274.
- _____ (2014) *Elite Política Negra(1978-2001)*. A relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo.
- _____ (2015). *Red and black*. In *Lutas Sociais*. São Paulo. V. 19, p.114-125.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia; (2010). *Lélia Gonzalez*. São Paulo. Ed. Selo Negro.
- RODRIGUES, Cristiano (2014). *Movimentos negros, Estado, participação institucional no Brasil e na Colômbia*. Tese de Doutorado IESP-UERJ, Rio de Janeiro.
- SANTOS, Gevanilda. (1992). *Partido Políticos e Etnia Negra*. Dissertação de Mestrado/PUC. São Paulo.
- SANTOS, S.(2009). “O negro no poder”: Abdias Nascimento e a discussão racial no parlamento brasileiro. In: Pereira e Silva (Orgs.) *O Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte. Nandyala.
- SOARES, Claudete (2009). *Raça, Classe e Cidadania no Partido dos Trabalhadores*. Tese de Doutorado, UNICAMP.
- SOTERO, Edilza (2015). *Representação política negra pós-estado novo*. Tese de doutorado/ USP, São Paulo.
- SOUZA, Fernando (2013). *Ativismo de mulheres negras e a política de promoção de gênero e raça em Santo André*. Tese em Sociologia/ USP.
- TARROW, Sidney(2013). *The Language of contention*. Cambridge university press.
- TARROW, Sidney (2006). *Power in Movement*. Cambridge University Press. New York. 2.Ed.
- TILLY, Charles (2005). “Invention, diffusion and transformation of social movement repertoire”. In: *Identities, boundaries and social ties*. Paradigm Publishers. Boulder, London.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. (1986) *Política e relações raciais: negros e as eleições paulistas de 1982*. São Paulo: FFLCH / Universidade de São Paulo.

ZAMBRANO, Catalina; MARTINS, Gabriela e SOUZA, Rafael (2015). Entrevista com Ann Mische. In *Revista Plural*, V.22.1, 131-141.

Flavia Rios

Doutora em Sociologia pela USP.